

Congresso terá de decidir logo destino de R\$ 50 bilhões do FPE

UM CONTENCIOSO DE quase R\$ 50 bilhões, envolvendo os estados e o Distrito Federal, terá de ser decidido pelo Senado e pela Câmara dos Deputados ainda este ano. O prazo foi estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal ao considerar inconstitucionais as atuais regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), previstas na Lei Complementar 62/89. Sem critérios previamente definidos, a União não terá como distribuir esses recursos a partir de janeiro de 2013. As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) planejam uma série de audiências públicas para discutir o assunto.

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que as discussões ocorrerão paralelamente às eleições municipais. O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), informou que serão convidados para as audiências secretários de Fazenda estaduais (um de cada região do país) e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. As audiências poderão ser realizadas em conjunto com a Câmara, ao longo dos esforços concentrados para votação de matérias, afirmou Delcídio. O objetivo é produzir um substitutivo a todos os projetos em tramitação, que teria preferência nas votações.

No Senado e na Câmara tramitam



A Comissão de Assuntos Econômicos planeja uma série de audiências públicas para discutir a distribuição dos recursos entre os estados e o Distrito Federal

várias propostas, a maioria consagrando o critério distributivo do FPE, pelo qual estados com rendas *per capita* mais baixas são contemplados com fatias maiores de recursos. Hoje, 85% do montante do FPE vai para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15%, para os do Sudeste e Sul.

Crítérios

Algumas propostas, como o PLS 744/11, do senador licenciado Marcelo Crivella, introduziram critérios diferentes. Para Crivella, a participação de cada estado e do DF no fundo observará inicialmente a diretriz devolutiva (para repor parte da contribuição de cada ente federativo para o montante arrecadado pela União) e o que

sobrar será partilhado pelo critério distributivo. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Outras duas propostas — o PLS 192/11, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e o PLS 289/11, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jorge Viana (PT-AC) — sugerem a reserva de parte dos repasses do FPE para estados que abriguem unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. Detalhando o caráter distributivo, preveem o uso de indicadores sociais para o repasse.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs, no PLS 114/12, a incorporação do Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (Ideb) nos critérios de distribuição do FPE. A intenção de Cristovam é destinar aos estados cujas escolas têm o Ideb mais baixo a maior fatia dos recursos. E o PLS 761/11, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), prevê a partilha igualitária de um montante e a distribuição do restante com base em indicadores sociais, população e tamanho do estado. Estabelece ainda a criação de um fundo de estabilização para prevenir a oscilação e assegurar a previsibilidade da receita.

Outros projetos que disciplinam o rateio do FPE são o PLS 35/12, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP); o PLS 89/12, de João Vicente Claudino (PTB-PI); e o PLS 100/12, de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Projeto de Lobão Filho isenta 13º salário do Imposto de Renda

Projeto que isenta o 13º salário do desconto do Imposto de Renda pode ser examinado após o recesso parlamentar. A proposta altera a Lei 7.713/88.

O autor, senador Lobão Filho (PMDB-MA), explica que a medida aumentará a renda do trabalhador.

— Ao aumentar o consumo, será dado impulso aos setores produtivos da economia, aumentando a geração de empregos e a circulação de bens, serviços e renda, como um todo — justifica.

Na avaliação do senador, a parcela dispensada retornará logo aos cofres públicos na forma de tributos sobre o consumo como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O senador argumenta que o 13º salário é fator de redistribuição de renda, além de ajudar a atenuar o endividamento acumulado no ano.

O projeto (PLS 266/12) será examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Sancionada lei que visa aprimorar programas educacionais

O presidente em exercício, Michel Temer, sancionou na quarta-feira projeto que promove mudanças em uma série de programas de educação, principalmente rural, e destina mais recursos a eles. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 10/12, decorrente da Medida Provisória (MP) 562/12, foi transformado na Lei 12.695/12.

O texto prevê a institucionalização do Plano de Ações Articuladas (PAR) e inclui os polos presenciais do sistema de educação a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola. O Ministério da Educação autorizou a criação de mais de 600 polos presenciais do sistema UAB. A expectativa é que se chegue a 900 polos. O custo para o apoio está estimado em R\$ 30 mil por polo/ano.

O projeto também contempla com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) instituições comunitárias que atuam na educação no campo; destina recursos da União para a Educação de



A Escola Municipal Olavo Bilac, na área rural de Paranã (TO), deve receber mais recursos com sanção da nova lei

Jovens e Adultos (EJA); e inclui, entre as atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a de subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A Capes poderá pagar bolsas e firmar convênios que beneficiem os profissionais do magistério da educação básica. A lei

autoriza ainda o Poder Executivo a conceder bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A União fica autorizada a transferir recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios — destinados às redes públicas de educação básica, observando as metas e as diretrizes fixadas pelo Ministério de Educação — sem a necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

Plenário votou 144 projetos no primeiro semestre 2

Nas comissões, 510 projetos aprovados de forma definitiva 2

Biblioteca e galerias fazem do Senado uma Casa cultural 2

Regimento Interno do Senado permite que, em alguns casos, o projeto não precise ser analisado pelo Plenário, exceto se algum senador apresentar recurso para que isso aconteça

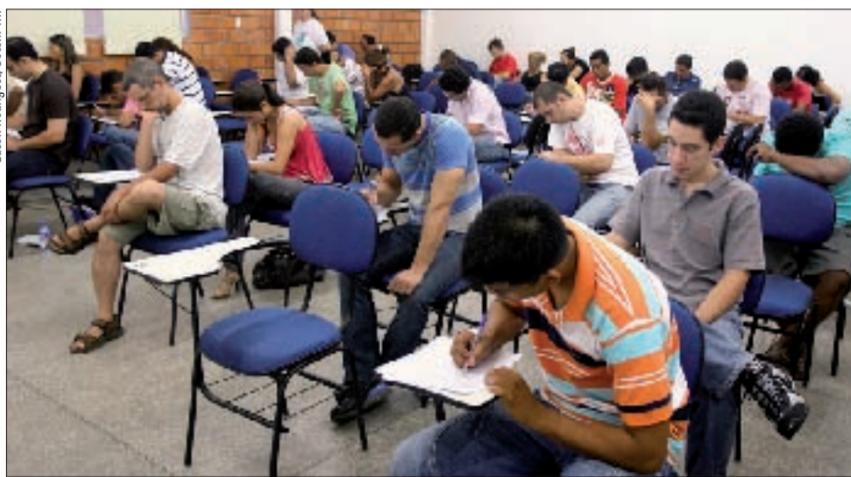
Comissões fizeram 510 votações finais este ano

NO PRIMEIRO SEMESTRE, 510 projetos foram aprovados pelo Senado sem chegar ao Plenário. Isso porque o Regimento Interno prevê que, em alguns casos, cabe às comissões permanentes decidir de maneira terminativa, ou seja, sem necessidade de exame por todos os senadores, salvo se houver recurso.

A maioria das propostas, 397, foi de projetos de decreto legislativo do Senado sobre concessão de rádios e TVs. Dos 113 projetos restantes, 70 foram elaborados por senadores. À exceção de cinco projetos de resolução do Senado, promulgados pela própria Casa, as propostas aprovadas seguiram para a Câmara dos Deputados e, se aprovadas, irão para sanção presidencial.

É o caso do projeto que suspende as atividades de empresas que falsificam ou adulteram medicamentos e cosméticos (PLS 464/11). A proposta foi aprovada terminativamente em 21 de março na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outro exemplo é a proposta que permite a municípios direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa, Minha Vida às famílias desabrigadas ou residentes em áreas de risco (PLS 27/11).

Da Comissão de Assuntos Sociais



Concursos não poderão se destinar apenas a formar cadastro de reserva, segundo projeto aprovado

(CAS), a Câmara recebeu projetos como o que reduz o tempo de contribuição para que donas de casa se aposentem por idade (PLS 370/11) e o que paga em dobro o salário-família à segurada da Previdência com filho de zero a 6 anos (PLS 416/11).

Também seguiu para avaliação dos deputados, depois de aprovado na CCJ do Senado, o PLS 369/08, que proíbe concurso público exclusivo para formar cadastro de reserva; e o projeto que determina exame do DNA de parentes próximos em investigação de paternida-

de caso o suposto pai já tenha morrido (PLS 415/09), aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Este foi remetido à Câmara em fevereiro e lá aguarda análise de duas comissões.

Entre os 43 projetos de deputados aprovados definitivamente nas comissões, estão o que regulamenta a habilitação de amadores de transporte aquaviário (PLC 94/11), examinado pela Comissão de Infraestrutura (CI), e o que garante seguro-desemprego aos catadores de caranguejo no defeso da espécie (PLC 53/11), analisado pela

CAS. Este, enviado para sanção, foi vetado pela presidente Dilma Rousseff.

Na maioria dos casos, os projetos da Câmara aprovados pelas comissões do Senado seguem para sanção, como o que instituiu 7 de março o Dia Nacional da Advocacia Pública, já transformado na Lei 12.636/12. Mas há casos como o do PLC 112/09, que garante cirurgia plástica reparadora grátis para mulheres vítimas de violência. Como teve alterações de mérito na CAS e na CDH, o projeto voltou à Câmara.

As 11 comissões permanentes se reuniram 293 vezes no primeiro semestre. Desses encontros, 124 foram audiências públicas nas quais autoridades, especialistas e representantes da sociedade puderam se manifestar.

Na CDH, por exemplo, houve 32 audiências sobre assuntos que vão desde a violência no campo até a proteção à fauna marinha. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) também abriu os microfones para especialistas e diplomatas por 18 vezes, a mais recente para debater o posicionamento brasileiro diante do *impeachment* do então presidente paraguaio Fernando Lugo — tema bastante repercutido pelos senadores também no Plenário.

Biblioteca e galerias do Senado abrigam eventos culturais e exposições de artes e fotografias

A Biblioteca do Senado, a Senado Galeria e o Espaço Ivandro Cunha Lima são alguns dos ambientes da Casa que recebem regularmente exposições de fotografias, gravuras, pinturas e esculturas. Este ano, em fevereiro, o Senado inaugurou a exposição *100 Fotos de 2011*, com registros das votações, manifestações e momentos relevantes da Casa no ano passado.

Já a exposição *Obrigado, Brasília*, inaugurada em março, apresentou imagens da história do Projeto Casa do Saber, que já arrecadou cerca de 3 milhões de livros e ajudou a montar cem bibliotecas.

O Dia do Meio Ambiente, em junho, motivou a exposição *Rios Voadores*, com referência aos cursos de água atmosféricos formados por umidade e vapor e que vão da Bacia Amazônica para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Segundo o presidente do Senado, José Sarney, mais de 65 mil usuários circularam pela Biblioteca do Senado no semestre. O acesso à biblioteca digital chegou a 973.256 consultas. Entre várias publicações, foram disponibilizadas aos cidadãos quase 80 mil exemplares da Constituição, mais de 35 mil edições da Lei Maria da Penha e mais de 3 mil publicações em braile.



Exposição *Obrigado, Brasília*, em março, na Biblioteca, contou a história do Projeto Casa do Saber



A Lei da Copa foi aprovada para aplicação em obras de estádios, como o Mané Garrincha, de Brasília

Plenário votou 144 projetos nas 133 reuniões realizadas durante o primeiro semestre

O voto aberto para perda de mandato parlamentar, a Lei Geral da Copa, o novo regime de previdência dos servidores públicos, o fim da ajuda de custo extra para parlamentares e as alterações nas regras da poupança foram algumas das matérias aprovadas pelo Plenário do Senado no primeiro semestre deste ano.

Ao todo, os senadores analisaram 144 proposições, entre propostas de emenda à Constituição (foram aprovadas três PECs), medidas provisórias (20 MPs aprovadas, sendo 16 na forma de projetos de lei de conversão), projetos de lei (35 dos aprovados são originá-

rios da Câmara dos Deputados) e 25 projetos de resolução, como o PRS 22/12, que resultou na cassação de Demóstenes Torres, no último dia 11, e o PRS 72/10, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que unificou em 4% as alíquotas interestaduais do ICMS incidente sobre produtos importados.

Os projetos foram examinados em 78 sessões deliberativas na Casa, das quais 16 extraordinárias. O Plenário também se reuniu outras 55 vezes: em 46 sessões não deliberativas, oito sessões especiais e uma de premiação e condecoração. O levantamento foi feito pela Secretaria-Geral da Mesa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333